

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

INFORMAÇÕES DO EDITAL DE ABERTURA QUANTO ÀS DISCURSIVAS

- 14.1 A Prova Discursiva será realizada juntamente à Prova Objetiva.
- 14.1.1 Somente será corrigida a Prova Discursiva do candidato que: obtiver a pontuação estabelecida no subitem 10.4 (da prova objetiva), e for classificado na prova objetiva até os limites dispostos na Tabela 14.1, além de não ter sido eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.
- 14.2.1 Para os cargos de NÍVEL MÉDIO: TÉCNICO LEGISLATIVO - DEMAIS ÁREAS DE ATUAÇÕES, a Prova Discursiva consistirá em Estudo de Caso, referente aos Conhecimentos Específicos.
- 14.4.1 A Prova Discursiva será composta por 02 (dois) Estudos de Caso que abordem Conhecimentos Específicos, conforme Anexo II - dos Conteúdos Programáticos.
- 14.4.2 A correção da Prova Discursiva - Estudo de Caso, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada por uma Banca Corretora, conforme os aspectos mencionados na Tabela 14.3, cuja pontuação máxima total será de:
- a) 100 (cem) pontos, 50 (cinquenta) pontos para cada Estudo de Caso. O candidato deverá obter 50% (cinquenta por cento) ou mais do total da pontuação prevista para cada Estudo de Caso da Prova Discursiva, para não ser eliminado do concurso público, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.
- 14.4.3 A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.
- 14.4.4 O candidato disporá de, no mínimo, 10 (dez) linhas, e, no máximo, 20 (vinte) linhas para elaborar cada Estudo de Caso, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida para elaboração.
- 14.4.5 A Prova Discursiva – Estudo de Caso será avaliada considerando-se os aspectos presentes na Tabela 14.3:

TABELA 14.3

Aspectos:		Descrição:	Pontuação máxima
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	20.00
2	Atendimento ao tema proposto na questão.	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva. Assim, a cada critério não atendido em relação ao Aspecto 1 (Conhecimento técnico-científico sobre a matéria) a resposta receberá os respectivos descontos no Aspecto Atendimento ao tema.	15.00
3	Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão.	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva. Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos aspectos 1 e 2, o de nº 3, "Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão", também será pontuado com nota 0 (zero).	7.50
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa.	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, pontuação, regência e concordância (requisitos gramaticais), constituição adequada dos parágrafos	7.50

	conforme o assunto abordado, respeito às margens e legibilidade. Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos aspectos 1 e 2, o de nº 4, "Utilização adequada da Língua Portuguesa", também será pontuado com nota 0 (zero).	
TOTAL DE PONTOS PARA CADA QUESTÃO		50.00

- 14.4.6 O candidato terá sua Prova Discursiva – Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:
- não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
 - manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
 - apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - não apresentar os estudos de caso na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- 14.5.1 A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.
- 14.5.1.1 Nenhuma das folhas de textos definitivos da Prova Discursiva poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.
- 14.5.2 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução da Prova Discursiva, acarretará em descontos na pontuação atribuída ao candidato.
- 14.5.3 O candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, devendo atentar-se apenas para as informações contidas na prova discursiva para sua realização.
- 14.5.4 Na Prova Discursiva, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos e máximos de linhas, previstos no item 14, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.
- 14.5.5 A sigilosidade e a impessoalidade da prova serão mantidas durante o processo de correção, resguardando do corretor (banca corretora) a identidade do candidato.
- 14.5.5.1 Para a correção da Prova Discursiva, a Folha da Versão Definitiva será digitalizada e a identificação do candidato omitida, para somente então ser disponibilizada para a correção através de um ambiente eletrônico.
- 14.5.5.2 Na Folha da Versão Definitiva da Prova Discursiva, constará no rodapé a seguinte informação ao candidato: "Para Correção, esta folha será digitalizada e a identificação do candidato será omitida".
- 14.6 Quanto ao resultado da Prova Discursiva, caberá interposição de recurso nos termos do item 17 deste Edital.

NÍVEL MÉDIO
TODAS AS ÁREAS DE ATUAÇÕES DE TÉCNICO LEGISLATIVO
(exceto a área de atuação de Apoio Administrativo)

Em relação à distribuição dos pontos referentes aos itens **3. Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão** e **4. Utilização adequada da Língua Portuguesa**, esclarecemos que a avaliação seguirá o mesmo padrão (demonstrado na tabela a seguir) para todos os cargos:

3. Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão.	Argumentação excelente [5,60 a 7,50]; Mediana [2,50 a 5,50] e; Ruim [0,20 a 2,40].	7.50
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.	[-0,20] para cada erro gramatical (limitado a [-4,00]); portanto, se a resposta ultrapassar 20 erros gramaticais, não haverá mais descontos; Até [-1,00] para o desrespeito às margens; Até [-1,00] para a incorreta constituição de parágrafos, inclusive quanto à estruturação dos períodos no interior destes; Até [-1,50] para ilegibilidades.	7.50

TÉCNICO LEGISLATIVO - CONTABILIDADE

1) Conforme o que estabelece a NBC TSP Estrutura conceitual, o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Conseqüentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Existem diversas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que têm como objetivo apresentar aos usuários da informação contábil a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. As demonstrações contábeis, no setor público, devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Considere que um cidadão esteja buscando informações a respeito de determinada entidade pública e queira saber as seguintes informações:

- a situação orçamentária planejada e executada;
- a situação financeira orçamentária e extraorçamentária;
- a situação patrimonial.

R.: A situação orçamentária planejada e executada é observada no Balanço Orçamentário. Ele demonstrará as receitas especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará as despesas, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Desse demonstrativo são extraídas informações a respeito do resultado orçamentário.

A situação financeira orçamentária e extraorçamentária é observada no Balanço Financeiro. O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público. O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício.

A situação patrimonial é observada no Balanço Patrimonial. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Esse demonstrativo permite o cálculo do superávit financeiro.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação:	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.	<ul style="list-style-type: none"> - A situação orçamentária planejada e executada é apresentada no balanço orçamentário: ATÉ 3,00; - Definições e características do balanço orçamentário: ATÉ 2,00; - Principais informações do balanço orçamentário: ATÉ 2,00; - A situação financeira orçamentária e extraorçamentária é apresentada no balanço financeiro; ATÉ 3,00; - Definições e características do balanço financeiro. ATÉ 2,00; - Principais informações do balanço financeiro. ATÉ 2,00; - A situação patrimonial é apresentada no balanço patrimonial: ATÉ 2,00; - Definições e características do balanço patrimonial: ATÉ 2,00; - Principais informações do balanço patrimonial: ATÉ 2,00. 	20.00
2.	É necessário apresentar as três demonstrações contábeis,	15.00

Atendimento ao tema proposto na questão.	<p>apresentando suas respectivas definições e características, assim como as principais informações de cada uma.</p> <p>Cada critério que o candidato não abordar (ou abordar de maneira incompleta) no conhecimento técnico-científico sobre a matéria irá representar um desconto.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A situação orçamentária planejada e executada é apresentada no balanço orçamentário: ATÉ [-2,50]; - Definições e características do balanço orçamentário. ATÉ [-1,00]; - Principais informações do balanço orçamentário. ATÉ [-1,00]; - A situação financeira orçamentária e extraorçamentária é apresentada no balanço financeiro; ATÉ [-2,50]; - Definições e características do balanço financeiro. ATÉ [-1,00]; - Principais informações do balanço financeiro. ATÉ [-1,00]; - A situação patrimonial é apresentada no balanço patrimonial; ATÉ [-2,00]; - Definições e características do balanço patrimonial. ATÉ [-2,00]; - Principais informações do balanço patrimonial. ATÉ [-2,00]. 	
--	---	--

2) Determinada entidade pública realizou uma licitação para a aquisição de máquinas e equipamentos que serão utilizados pelos funcionários na prestação de serviços públicos à sociedade.

O pagamento por esses bens será por meio de um financiamento, de modo que há encargos financeiros embutidos nessa transação. Além do valor pago pela aquisição desses bens, foram pagos outros valores, como frete, instalação, montagem, testes e outros gastos indiretos.

Sabe-se que, após o término do prazo do financiamento, os bens serão de propriedade da empresa. Além disso, a empresa pretende utilizá-los por um prazo de 8 anos.

Entretanto há dúvidas, nessa entidade, sobre como proceder para realizar o registro inicial desse bem e também sobre como tratar contabilmente as alterações econômicas e financeiras que eventualmente o bem pode sofrer, de modo que este permaneça registrado de forma adequada nas demonstrações contábeis.

Considerando a situação apresentada, discorra sobre a classificação desse bem no balanço patrimonial quando reconhecer esse item nas demonstrações contábeis e sobre a mensuração inicial e subsequente possível de ser adotada para esses itens.

R.: As máquinas e os equipamentos adquiridos devem ser registrados dentro do ativo não circulante no ativo imobilizado, uma vez que os bens serão utilizados para a prestação de serviços e sua utilização se dará por mais de um período.

O custo de um item do imobilizado deve ser reconhecido como ativo sempre que for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços associados ao item fluirão para a entidade; e se o custo ou valor justo do item puder ser mensurado com segurança.

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, sendo esse o valor à vista, uma vez que os encargos financeiros deverão ser reconhecidos como variação patrimonial diminutiva com juros durante o período do crédito. Exceto os outros gastos indiretos, todos os demais gastos devem ser considerados como custo desse imobilizado.

Após o reconhecimento inicial, a entidade deve mensurar esses itens escolhendo entre o Modelo do Custo, em que o ativo é evidenciado pelo custo menos qualquer depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas, ou pelo Modelo da Reavaliação, em que o ativo deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.

Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.	<ul style="list-style-type: none"> - Classificação do bem com as devidas explicações: ATÉ 5,00; - Reconhecimento do bem com as devidas explicações: ATÉ 5,00; - Mensuração inicial do bem com as devidas explicações: ATÉ 5,00; - Mensuração subsequente do bem com as devidas explicações: ATÉ 5,00; 	20.00
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	<p>Cada critério que o candidato não abordar (ou abordar de maneira incorreta/incompleta) no conhecimento técnico-científico sobre a matéria irá representar um desconto.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Classificação do bem com as devidas explicações: ATÉ [-3,75]; - Reconhecimento do bem com as devidas explicações: ATÉ [-3,75]; - Mensuração inicial do bem com as devidas explicações: ATÉ [-3,75]; - Mensuração subsequente do bem com as devidas explicações: ATÉ [-3,75]; 	15.00

TÉCNICO LEGISLATIVO - EDIFICAÇÕES

1) A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte vai iniciar uma obra de ampliação do seu prédio com uma construtora devidamente habilitada e contratada através de processo licitatório. A casa legislativa possui preocupações com questões de segurança dos trabalhadores que vão realizar essa ampliação, assim como com a instalação das áreas de vivência e canteiro de obra. O Técnico Legislativo com área de atuação em Edificações foi direcionado para acompanhar o início dessa obra. Dessa maneira, para ajudar o técnico nessa primeira etapa, responda:

No Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) entregue, o que deve estar contemplado?

No mesmo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), quais documentos devem estar contemplados?

Considerando que as áreas de vivência devem ser projetadas de forma a oferecer, aos trabalhadores, condições mínimas de segurança, de conforto e de privacidade e devem ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza, quais instalações essas áreas devem contemplar?

Qual é a distância máxima que o trabalhador dessa obra deve se deslocar até a instalação sanitária mais próxima?

R.: No Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) devem estar contemplados os riscos ocupacionais e suas respectivas medidas de prevenção. O mesmo PGR deve conter os seguintes documentos: o projeto da área de vivência do canteiro de obras e de eventual frente de trabalho; o projeto elétrico das instalações temporárias; os projetos dos sistemas de proteção coletiva; os projetos dos Sistemas de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ), quando aplicável; e a relação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e suas respectivas especificações técnicas, de acordo com os riscos ocupacionais existentes.

Quanto às áreas de vivência, estas devem estar contempladas com: instalação sanitária; vestiários; local para refeição; e alojamento, quando houver trabalhador alojado. Por fim, a distância será de, no máximo, 150 m (cento e cinquenta metros) para o deslocamento do trabalhador do seu posto de trabalho até a instalação sanitária mais próxima.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação:	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.	<p>São 04 questões a serem respondidas, cada uma valendo 5 pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - contemplou os dois itens que devem estar no PGR: Até 5,00; - citou os 05 documentos: Até 5,00; - contemplou as 04 instalações das áreas de vivência: Até 5,00; - citou a distância correta: Até 5,00. 	20.00

2. Atendimento ao tema proposto na questão.	Para cada critério não apresentado ou não desenvolvido, haverá o desconto de até [-3,75]: - não contemplou os dois itens que devem estar no PGR: Até [-3,75]; - Não citou os 05 documentos: Até [-3,75]; - Não contemplou as 04 instalações das áreas de vivência: Até [-3,75]; - Não citou a distância correta: Até [-3,75];	15.00
---	---	-------

2) O Técnico Legislativo com área de atuação em Edificações da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte está ajudando um pedreiro a preparar uma parede de alvenaria para receber um revestimento cerâmico. Sabendo que a parede foi assentada recentemente com blocos cerâmicos, ajude o técnico a passar as explicações para o pedreiro. Para isso, cite: as camadas que essa parede deve receber até receber o revestimento cerâmico, descrevendo cada etapa; os traços usados em cada uma dessas etapas e sua melhor execução.

R.: Primeiramente, deve-se molhar razoavelmente toda a superfície de alvenaria, preparar argamassa 1:3 de cimento e areia grossa. Chapar a argamassa do chapisco com energia cobrindo todo o paramento, quando ainda úmido, com fina camada dessa argamassa de cerca de 5 mm (praticamente o tamanho do agregado).

A intenção é obter uma superfície o mais irregular possível e com ancoragens mecânicas suficientes para perfeita aderência da camada seguinte. Aguardar o endurecimento e resistência mecânica do chapisco.

Aplicar a camada de emboço, o traço será 1:2:9 ou 1:0,5:5 ou 1:1:7 de cimento, cal hidratada e areia média úmida.

Chapar a argamassa com energia sobre a superfície da camada de regularização anterior. Sarrafear e desempenar. Sobre o emboço ainda fresco, aplicar a camada de pasta de cimento descrita a seguir.

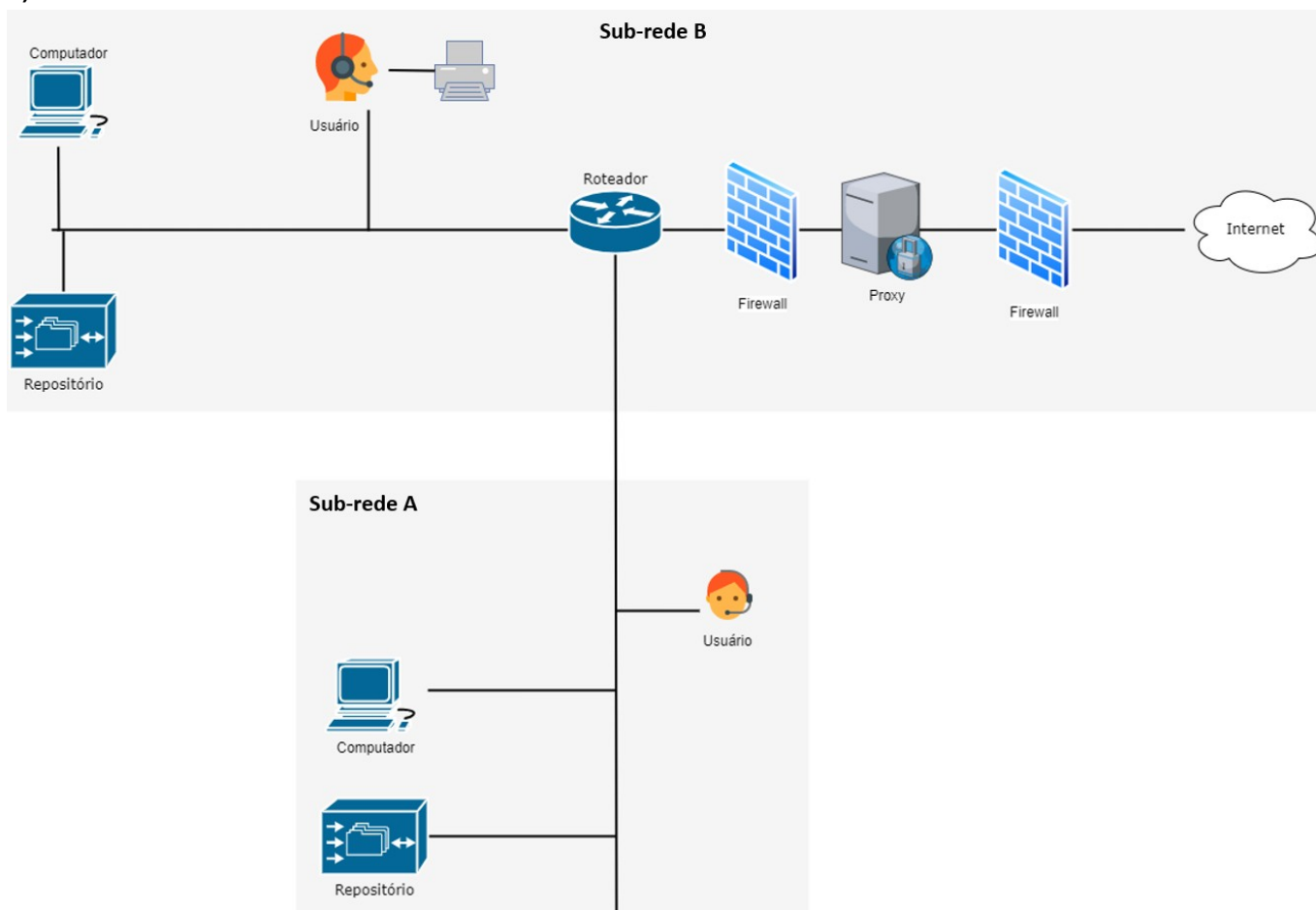
Preparar pasta de cimento. A adição de água é de cerca de 30% em relação ao peso de cimento.

Aplicar a pasta de cimento sobre a superfície do emboço ainda fresco com auxílio de desempenadeira metálica lisa formando uma camada de cerca de 1 mm.

As placas cerâmicas devem ser assentadas no tardo da peça e deve-se assentá-la sobre a pasta de cimento. Bater o maior número de vezes, nivelar, aprumar, posicionando definitivamente cada peça.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento o técnico- científico sobre a matéria.	São 03 questões a serem respondidas, cada uma valendo 6,67 pontos: - citou a etapa chapisco, traço e modo de execução: Até 6,67; - citou a etapa emboço, traço e modo de execução: Até 6,67; - citou a etapa assentamento, traço e modo de execução: Até 6,67.	20.00
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	Para cada critério não apresentado ou não desenvolvido, haverá o desconto de até [-5,0]: - não citou a etapa chapisco, traço e modo de execução: Até [-5,00]; - não citou a etapa emboço, traço e modo de execução: Até [-5,00]; - não citou a etapa assentamento, traço e modo de execução: Até [-5,00].	15.00

1)



Considerando a infraestrutura da figura e supondo que o usuário da sub-rede A não consiga acessar a internet, quais providências para diagnóstico inicial da situação poderiam ser tomadas?

Descreva o método, as ferramentas utilizadas e os passos para a solução do problema apresentado.

R.: Buscando solucionar esse problema e usando como base a metodologia de gerenciamento de falhas ou problemas, serão utilizadas ferramentas de apoio e diagnóstico como o ping e o traceroute.

O ping é um utilitário que usa o protocolo ICMP para testar a conectividade entre equipamentos. O traceroute (tracert, caso seja executado de uma estação Windows) é uma ferramenta de diagnóstico que rastreia a rota de um pacote através de uma rede de computadores que utiliza o protocolo IP.

São propostos os seguintes passos:

- **Primeiro passo:** Investigar se a percepção do usuário, de que não pode acessar algum serviço remoto, era derivada de um problema remoto ou local e, nesse segundo caso, se o problema era sentido também nas demais máquinas e subredes;
- **Segundo passo:** Utilizar o comando ping. A execução do comando ping para um endereço externo e conhecidamente ativo, através da janela de comando da estação de trabalho do usuário na subrede A mostraria a resposta da rede para essa solicitação. Se o equipamento de destino estiver ativo, uma “resposta” é devolvida ao computador solicitante na qual é indicado o tempo consumido. Se esse procedimento não conseguir obter resposta do equipamento ao qual o ping foi dirigido, é possível concluir que o equipamento não existe na rede ou está inoperante.
- **Terceiro passo:** Utilizar o comando traceroute. A execução desse comando indicará o caminho (conjunto de roteadores) até o equipamento destino. O resultado desse comando mostrará se o pacote está parando em algum roteador na rota entre o emissor (usuário) e o host de destino.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação:	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.	Serão 3 CRITÉRIOS: Critério 1: Descrever o método abordado (5 pontos); Critério 2: Descrever as ferramentas de diagnóstico utilizadas (7,5 pontos); Critério 3: Descrever os passos utilizados para diagnosticar o problema (7,5 pontos). Total: 20 pontos divididos entre 3 critérios de pontuação (5 + 7,5 + 7,5).	20.00
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	Considerando que o enfoque do tema está ligado à abordagem dos critérios do item 1 a cada tópico não abordado autoriza-se o desconto de até - 5 pontos.	15.00

2) Um usuário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte liga para o suporte de TI reclamando de lentidão em seu computador. Defina o método abordado e as ferramentas utilizadas para a solução do problema, descreva os passos realizados, apresente uma análise de cenário e interação com o usuário e, por fim, justifique a solução proposta.

R.: Buscando solucionar esse problema e usando como base o gerenciamento de falhas ou problemas, a primeira tarefa é investigar a percepção do usuário de lentidão e avaliar os recursos de hardware e software do computador.

Em segundo lugar, analisar o consumo de memória e utilização de processamento e quais softwares estão utilizando esses recursos. Em terceiro lugar, analisar o estado de funcionamento do antivírus e suas tabelas de atualização. Na sequência, executar o escaneamento do antivírus em todas as unidades do computador e, por último, executar uma ferramenta de antispymware.

Vários softwares maliciosos têm como objetivo coletar informações sobre o perfil do usuário e, para isso, consomem muitos recursos do computador como: memória, processamento e espaço em disco. Para realizar essa tarefa não autorizada, esses softwares realizam monitoramento, registro e envio das informações para o invasor o que pode ser uma causa de lentidão do computador.

Essa seria a primeira proposta de ação, pois se esse computador está em uma rede corporativa, isso pode infectar outros computadores da rede, aumentando o impacto do problema. Ao final, é importante deixar o computador com o usuário para coletar um feedback da ação e avaliar e replanejar as ações, caso necessário.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.	são 4 CRITÉRIOS, sendo que individualmente valem 5 pontos cada: Critério 1: Definir o método abordado e as ferramentas utilizadas. Critério 2: Descrever os passos utilizados para diagnosticar o problema; Critério 3: Apresentar uma análise de cenário e interação com o usuário; Critério 4: Justificativa da solução; Total: 20 pontos divididos entre 4 critérios de pontuação.	20.00
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	Considerando que o enfoque do tema está ligado à abordagem dos critérios do item 1 a cada tópico não abordado autoriza-se o desconto de até - 3,25 pontos.	15.00

TÉCNICO LEGISLATIVO - TECNOLOGIA DE SISTEMA

1) Diante da necessidade de criação de um software de pequeno porte para um dos controles internos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, o técnico legislativo iniciou o processo de definição do sistema. Considerando que a primeira fase de elaboração de um sistema é a etapa de análise de requisitos, explique como ocorre a fase de elicitação dos requisitos, cite quem são os envolvidos nessa etapa do desenvolvimento de um software e apresente o conceito de requisitos funcionais e de requisitos não funcionais.

R.: A elicitação dos requisitos é o processo de reunir informações sobre o sistema requerido e os sistemas existentes e separar dessas informações os requisitos de usuário e de sistema. Fontes de informação, durante essa fase de descoberta dos requisitos, incluem documentação, stakeholders do sistema e especificação de sistemas similares. A interação com os stakeholders ocorre por meio da observação em entrevistas, que podem ser gravadas em vídeo ou áudio. É possível a utilização de protótipos para auxiliar no entendimento do sistema proposto. Além dos stakeholders do sistema, os requisitos podem vir a partir do domínio da aplicação e de outros sistemas que interagem com o sistema especificado e, durante o processo de elicitação de requisitos, todos eles devem ser considerados. Os requisitos funcionais são declarações dos serviços que o sistema deve fornecer ou descrições de como alguns processamentos devem ser efetuados, possibilitando a identificação das funcionalidades do sistema. Os requisitos não funcionais dependem da arquitetura do sistema, dependem da forma como esses componentes estão organizados e se comunicam. Os requisitos não funcionais definem a confiabilidade e a disponibilidade requeridas do sistema. Exemplos de requisitos não funcionais são: desempenho, proteção, segurança, disponibilidade e manutenção.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação:	Pontos
1. Conhecimento o técnico-científico sobre a matéria.	Nesta questão, 4 requisitos são definidos para pontuação, cada um valendo: Apresentar, de forma clara e coesa, como ocorre a fase de elicitação dos requisitos: ATÉ [5,00] Apresentar, de forma clara e coesa, quem são as pessoas envolvidas nessa etapa de desenvolvimento de um software: ATÉ [5,00] Apresentar, de forma clara e coesa, o conceito de requisitos funcionais: ATÉ [5,00] Apresentar, de forma clara e coesa, o conceito de requisitos não funcionais: ATÉ [5,00]	20.00
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	Cada critério que o candidato não colocou no conhecimento técnico-científico vai representar um desconto em relação ao atendimento ao tema. Assim, se o candidato deixar de colocar os itens a seguir terá desconto de até [-3,75] por item. Apresentar, de forma clara e coesa, como ocorre a fase de elicitação dos requisitos: ATÉ [-3,75] Apresentar, de forma clara e coesa, quem são as pessoas envolvidas nessa etapa de desenvolvimento de um software: ATÉ [-3,75] Apresentar, de forma clara e coesa, o conceito de requisitos funcionais: ATÉ [-3,75] Apresentar, de forma clara e coesa, o conceito de requisitos não funcionais: ATÉ [-3,75]	15.00

2) Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, para a criação de programas computacionais de apoio à gestão de recursos internos, foi solicitado que o técnico legislativo utilizasse um processo de metodologia ágil de desenvolvimento de software. O processo escolhido pelo técnico foi o Extreme Programming (XP). Explique o que é o processo XP e, a seguir, cite e explique as suas práticas.

R.: O XP tem como base o desenvolvimento iterativo e o grande envolvimento do cliente. As suas principais características são: a) Planejamento incremental - Planejamento inicial e refinamentos posteriores à medida que surjam novas informações; b) Pequenos entregáveis (releases) - Desenvolvimento de pequenas versões do software para serem entregues com frequência aos clientes; c) Projeto simples - O projeto deve ser simples para possibilitar a entrega mais rápida; d) Desenvolvimento de testes antes do código (test-first) - É mais fácil e rápido gerar o código se definir os seus testes antes; e) Refatoração (refactoring) frequente do código - A ideia é modificar, sempre que possível, a estrutura do código para facilitar a sua manutenção futura; f) Programação em pares - Dois programadores trabalhando juntos, em um mesmo computador, para melhorar a qualidade do código sem impactar os prazos de entrega; g) Propriedade coletiva do código - Isso permite que qualquer membro da equipe contribua com ideias para melhorar o código. Todos são responsáveis pelo código; h) Integração contínua do sistema - Todo código é integrado em um repositório continuamente. Isso melhora o reuso e compartilhamento de código e evita desperdício de esforços; i) Ritmo sustentável de trabalho - Para alcançar a qualidade necessária do código, os desenvolvedores devem estar motivados e completar a iteração planejada; j) Cliente no local (on-site) em tempo integral - O cliente não só apoia os desenvolvedores, mas também faz parte da equipe. Isso melhora a comunicação da equipe e o entendimento do software.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		
Aspectos	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1. Conhecimento o técnico-científico sobre a matéria.	Nesta questão, 3 requisitos são definidos para pontuação, cada um valendo: Explicar, de forma clara e coesa, o processo XP: ATÉ [1,00] Citar, de forma clara e coesa, as dez práticas do XP: ATÉ [7,00] Explicar, de forma clara e coesa, as dez práticas do XP: ATÉ [12,00]	20.00
2. Atendimento ao tema proposto na questão.	Cada critério que o candidato não colocou no conhecimento técnico-científico vai representar um desconto em relação ao atendimento ao tema. Assim, se o candidato deixar de colocar os itens a seguir terá o respectivo desconto. Explicar, de forma clara e coesa, o processo XP: ATÉ [-1,00] Citar, de forma clara e coesa, as dez práticas do XP: ATÉ [-4,00] Explicar, de forma clara e coesa, as dez práticas do XP: ATÉ [-10,00]	15.00